

# **Educação Musical e Deficiência Visual: a inclusão auxiliada pelas Tecnologias Assistivas**

## **Comunicação**

Pamela Araújo Moura

**Resumo:** A inclusão precisa ser pensada como campo emergente da educação musical. Isso requer um olhar sensível do educador musical para buscar a formação para além dos currículos, bem como recursos didáticos-metodológicos que auxiliem o processo da inclusão. O objetivo é refletir o processo da inclusão num entorno heterogêneo com o auxílio de recursos das tecnologias assistivas. Neste trabalho serão utilizados aportes teóricos proveniente da educação musical inclusiva e adaptações de materiais, BEZERRA, 2016; BONILHA, 2006; GIESTEIRA, 2013; JOLY, 2003; OTA, 2014, TOMÉ; 2003 e SANTOS, 2018. Exponho algumas possibilidades de atividade apoiadas aos métodos ativos. Considero a partir das reflexões que, a busca por recursos que possam possibilitar a inclusão e integração de pessoas com deficiência em meio ao contexto educacional, é importante para o acesso aos conteúdos comumente distribuídos em sala. E ainda o quão significativo é para o educador promover esse processo.

**Palavras-chave:** Educação Musical Inclusiva. Música e educação especial. Inclusão.

### **Introdução**

A educação musical tem ampliado suas discussões abordando a música em múltiplos espaços e contextos distintos. O educador musical está cada vez mais desafiado a buscar formação para atender essa multiplicidade. Contudo, sabemos que essa busca é contínua, e independente dos currículos dos cursos de graduação. Em meio a essa multiplicidade de espaços e realidades do que o educador musical poderá encontrar em sua atuação, há um assunto emergente e cada vez mais presente em nosso cotidiano, a educação especial.

A inclusão é um assunto muito pautado atualmente, porém esse é um grande desafio, principalmente pelas condições que são dadas ao educador. A inclusão não se trata de número, nem do fato de uma pessoa com determinada necessidade especial frequentar o

mesmo espaço que as pessoas sem necessidade. Essa questão requer atenção, principalmente para que haja a preocupação da verdadeira promoção da inclusão. “É dever daqueles ditos “normais” engajarem-se na luta pela integração do deficiente ao nosso meio”(TOMÉ, 2003, p. 17). Para compreendê-la é necessário refletir sobre as limitações. Ela não é uma exclusividade da pessoa com necessidades especiais. Todos possui alguma deficiência, por isso deve-se respeitar o limite de cada indivíduo.

A música é um importante promotor de inclusão, capaz de proporcionar a criação e interação entre pessoas com deficiência e sem deficiência. “[...]a inclusão não implica apenas em um respeito ou em uma tolerância às diferenças, mas, ao contrário, suscita o convívio pleno com a diversidade humana, extraindo-se todas as riquezas que dele advêm” (BONILHA, 2006, p. 7).

É nessa perspectiva que este trabalho propõe refletir a inclusão no processo de ensino aprendizagem num entorno heterogêneo, buscando estratégias plurais através de adaptações de materiais para assim promover um real espaço de inclusão, onde as pessoas com necessidades especiais tenham acesso ao mesmo conteúdo que os demais. Além de desmistificar alguns preconceitos atribuídos às pessoas com deficiência.

Ademais será discutido a importância do professor na busca por possibilidades que possam promover essa inclusão. Possibilidade essas que podem ser intermediadas pela adaptação de materiais, auxiliado pelas tecnologias assistivas. E por fim discutir a formação do educador no âmbito da Educação Especial, bem como a necessidade de se constituir um espaço de formação com a perspectiva inclusiva.

## **Deficiência Visual**

Antes de falarmos de fato sobre a deficiência visual é importante desfazer alguns preconceitos que são associados a deficiência, por isso é importante compreendermos o conceito de três fatores distintos que muitas vezes são pré-fixados. Assim Amiralian, Pinto, Ghirardi, Lichtig, Masini e Pasqualin (2000, p. 97) conceituam:

**Deficiência:** perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais.

**Incapacidade:** restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano.

**Desvantagem:** prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social.

Sendo assim percebe-se que o deficiente não é obrigatoriamente incapaz, ele pode ter limitações com certas atividades, porém ele não deve estar em desvantagem. O fator social é o maior desafio enfrentado pelos deficientes, tendo em vista que muitas vezes isso acontece pelo fato já pré-concebido da ideia de incapacidade.

Essa desvantagem já teve sua fase bem mais forte. Durante algum tempo as pessoas com deficiência visual eram impedidas de viver normalmente em sociedade, e não haviam perspectivas de vida profissional para elas.

Para adentrarmos no campo da deficiência visual é importante desmistificar algumas ideias e compreender que ela pode acontecer de variadas formas na vida do indivíduo. Otta 2014, afirma que:

As deficiências visuais podem ser congênicas, ou seja, que se manifestam até os dois anos de idade; ou adventícias (adquiridas), que se caracterizam pela perda de visão de maneira imprevista ou repentina, seja na infância (a partir dos dois anos de idade), na adolescência, na fase adulta ou senil e geralmente são associadas por causas orgânicas ou acidentais.

Cada tipo de deficiência visual requer uma atenção específica. “Devido à ausência de imagens visuais, uma pessoa com deficiência visual congênita constrói imagens e representações mentais na interação com o mundo por meio dos sentidos remanescentes e da ativação das funções psicológicas superiores” (OTTA, 2014, p. x). Porém não se deve presumir que esses sentidos são extremamente aguçados, “o cego não é dotado de capacidades invulgares, nem mesmo possui memória extraordinária” (TOMÉ, 2003, p. 21).

Em contrapartida a essa ideia que sem tem de maior desenvolvimento nos sentidos, a forma de tratamento com cuidado excessivo à pessoa com cegueira pode impedi-lo de realizar atividades possíveis a ele. Essa “superproteção” não é um acontecimento tão

recente, levando em consideração que nem sempre os cegos poderiam viver em sociedade. Houve todo um processo para chegarmos pelo menos termos consciência de que se deve direcionar um olhar para as necessidades deles.

Numa primeira fase, “marcada pela negligência, na era pré-cristã, em que havia uma ausência total de atendimento. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais [...] Num outro estágio, nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais.” (MIRANDA, 2004, p. 2). Durante esse processo veio ainda a concepção de que a deficiência era consequência de castigo e que ter o olhar para os deficientes se tratava de caridade, algo que ainda é cultivado até os dias atuais por uma minoria.

Os cegos estudavam em sistema de internato, a maioria do ensino se destinava a música, pois a sociedade entendia assim uma possibilidade profissional (TOMÉ, 2003). Assim a música não é um elemento tão recente, porém o acesso aos cursos superiores de música ainda tem sido um desafio para eles.

Os avanços foram iniciando quando “[...] por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal” (MIRANDA, 2004, p. 2).

Apesar de todo esse histórico de desafios, exclusão e segregação, já foi alcançado avanços significativos. “É constituído a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Para que haja a inclusão de pessoas com deficiência em um meio heterogêneo, é necessário a adaptação de materiais e metodologias para que o aluno possa de fato ter acesso ao conteúdo da aula. Nessa perspectiva Joly (2003, p. 5) considera que:

Um professor musicalmente bem preparado, tendo em mãos uma programação de ensino variada e flexível, que permite adaptações e modificações nos procedimentos planejados, é capaz de adequar os critérios de avaliação em função das características de seus alunos e adaptar o procedimentos ideal para o desenvolvimento de cada tópico da aula, fazendo com que cada situação de ensino

se transforme num degrau, possível de ser transposto, a caminho do desenvolvimento e da integração do indivíduo com necessidades especiais.

Nessa perspectiva os materiais precisam ser estudados para que possam atender, na medida do possível as necessidades do aluno, para que ele não esteja segregado ao invés de incluído.

## **Adaptações de Materiais por meio das Tecnologias Assistivas**

A adaptação de materiais tem muita importância no processo de ensino aprendizagem de pessoas com deficiência. É por meio dela que se possibilita que a pessoa com deficiência visual tenha acesso ao mesmo conteúdo que o vidente. Bezerra afirma que, “Para que a pessoa com deficiência possa se desenvolver, é necessário que lhe deem condições para a realização de determinados objetivos” (BEZERRA, 2016, P. 62). Para isso existe a adaptação de materiais exerce papel fundamental.

Para que os materiais sejam adaptados tem-se o auxílio das tecnologias assistivas, independentemente da deficiência. Assim Brasil (2009, apud SANTOS, 201, p.3), Convencionou que,

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de características interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Essas tecnologias são utilizadas diariamente e muitas vezes passam despercebidas. A marcação em auto relevo na calçada, nas caixas de remédio, adaptação para a alimentação das pessoas com alguma movimentação reduzida, leitores e ampliadores de tela, entre inúmeras outras.

As pessoas com deficiência visual têm acesso a muitas dessas citadas, contudo a mais notória é o sistema Braille. De fato, esse sistema é um dos principais meios de comunicação através da escrita entre pessoas com deficientes visuais e videntes e/ou entre

peças com a mesma necessidade. “Esse sistema de leitura e escrita foi criado em 1825 por Louis Braille, que também era cego”(BEZERRA, 2016, p. 56).

Com a música não é diferente, a escrita da Musicografia Braille é o principal sistema utilizado. Desenvolvido também Louis Braille e baseado em seu próprio sistema,

Braille propunha com o alfabeto, um sistema de caracteres musicais, baseado em seus seis pontos. O alfabeto tem permanecido essencialmente invariável até hoje, mas o código musicográfico foi totalmente modificado pelo próprio Braille ao longo de sua vida, desenvolvendo a notação básica do código atual. (Tomé 2003, p. 23)

Esse código tem sido muito importante para a musicalização de pessoas com deficiência visual. Para utilizá-lo algumas outras tecnologias são acionadas, os softwares de transcrição de partituras, como o musibraille mais conhecido (software gratuito), o brailito, são representações da cela Braille em tamanho maior, a máquina Perkins, a reglete entre outros. Bezerra afirma que, “Em relação à adaptação dos materiais, ao desenvolver atividades musicais com o aluno com deficiência visual, é preciso que ele possa ter acesso aos diversos recursos, como por exemplo, partituras em Braille”(BEZERRA, 2016, p. 65).

Entretanto a Musicografia Braille não é o único caminho para a musicalização. Mesmo com todo esse aparato de possibilidades para a escrita Braille, essas não são as únicas possibilidades de adaptação.

É importante pensar a adaptação de materiais para um melhor desenvolvimento musical dos alunos. Como afirma Giesteira (2013, p. 4) “A criação de materiais didáticos adaptados proporciona uma maior autonomia o estudante com deficiência visual, facilitando assim sua adaptação e inclusão em um entorno heterogêneo”. Mas deve-se considerar também que “Se o professor faz com que o aluno realize algumas atividades com sucesso, possivelmente vai reforçar a sua autoestima. Ele obtém isso, respeitando as limitações e possibilidades de cada um, encorajando-o a agir por sua própria conta” (JOLY, 2003).

Sabe-se que o deficiente visual já tem uma certa dependência em muitas de suas atividades, contudo os recursos de tecnologias têm contribuído para a independência dessas pessoas. Por isso na música também é necessário que os recursos auxiliem essa independência e conseqüente a autonomia dos mesmos.

Diante disso é notável o papel que o educador exerce como motivador do aprendizado musical, fazendo ligação entre o assunto teórico e as vivências musicais, buscando sempre materiais metodológicos que auxiliem o processo de ensino e aprendizagem.

## **O educador musical na Educação Especial: desafios e possibilidades**

Podemos notar a importância do educador como pesquisador e mediador entre as possibilidades de materiais metodológicos, didático e as práticas de aprendizagem do deficiente. Porém é preciso pensar como o professor está sendo preparado para sua atuação.

A educação musical inclusiva tem sido um assunto bastante abordado e debatido pela área. “A discussão acerca deste tema surgiu no âmbito internacional na década de 1980, já no que se refere à educação brasileira, esta temática vem se mostrando recente, demandando pesquisas sob diversos enfoques”(OTA, 2014, p.10).

Esses vários enfoques nos levam a refletir o quanto desafiador é a inserção do educador musical em seu campo de trabalho, tendo em vista o processo de formação do educador, e a multiplicidade de possibilidades apenas na perspectiva da inclusão. Ota, 2014 considera a partir de um panorama sobre a formação de professores na área da Educação Especial no Brasil, que a educação regular ainda é precária e ainda afirma, “[...] a Educação Especial, uma preocupação ainda recente no Brasil, esteja ainda num estágio bastante incipiente, ou seja, ainda precisar ser bastante repensado como novos paradigmas, ao contrário dos que tem sido aplicados até os dias de hoje”. (Ota, 2014, p. 22)

Mesmo que seja idealizada uma formação capaz de abranger múltiplos contextos e espaços, sabemos que essa é uma formação que não está apenas nos currículos dos cursos de formação de professores. É imprescindível que a busca pelas práticas metodológicas seja objetivo diário do educador.

Como em outros campos de atuação da educação musical, a Educação Especial requer o planejamento de forma adaptada ao seu contexto, “a música é um fator importante para favorecer o desenvolvimento da criança com necessidades especiais”(JOLY, 2003). E podemos utilizar inúmeras atividades que possam envolver essas

peças, considerando que elas não são incapazes de realizar atividades, é preciso apenas que escolhamos atividades que envolvam práticas aplicáveis a todos os alunos, para assim a criança ser realmente incluída.

Atividades que envolvam corpo, movimento, podem ser desenvolvidas por toda pessoa, dependendo da deficiência a necessidade maior é reconhecer o espaço da atividade e/ou ter o auxílio de algum colega, o que acarreta a integração. Nessa perspectiva,

As concepções de Carl Orff são perfeitamente adaptáveis às crianças com dificuldades de linguagem e/ou dificuldades motoras e são também importantes para desencadear o desenvolvimento dessas áreas. O jogo musical lúdico e prazeroso impulsiona a criança a falar, cantar tocar e se movimentar. O instrumental proposto por esse educador é muito interessante para o trabalho com crianças com dificuldades motoras (JOLY, 2003).

Apesar de ser sugerido pela autora como atividade destinada a pessoas com dificuldade motora, essa é uma possibilidade para outras deficiências. Considerando a importância de oportunizar a apreciação e a criação, as concepções de Orff é possível também para a musicalização de pessoas com surdez, onde o professor poderá adaptar materiais como imagens, dos instrumentos que utilizará na atividade, para que o aluno possa tocar quando instruído. Os métodos ativos são aliados importantes nessa prática musical, “A relação de interface entre princípios de educação, educação musical e educação especial parece ampliar ainda mais a área de atuação do educador musical” (JOLY, 20130).

Como já podemos observar, a música tem sido um elemento importante no processo educativo e inclusão das pessoas com deficiência em um entorno de diversidades. Assim, percebemos que, “é preciso investir na formação de educadores interessados em projetos especiais com crianças, idosos, jovens em situação de risco, etc., de forma que a música invada, cada vez mais, os projetos educacionais nas mais diferentes escolas e instituições” (JOLY, 2003).

A educação especial é bem mais que uma possibilidade de atuação na área da educação musical. Joly (2003) afirma que, “Trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais cria oportunidades para o educador musical trilhar caminhos



interessantes, produtivos, sensíveis e inesquecíveis”. Dessa forma a educação especial não é um processo significativo para os alunos, mas também é uma grande contribuição para o educador musical, não só profissionalmente.

## **Considerações Finais**

A busca por alternativas para que possamos incluir pessoas com deficiência, é uma necessidade atual do mundo contemporâneo. Precisamos olhar com sensibilidade para essas pessoas oportunizando que elas possam gozar do direito de conviver normalmente em sociedade. Enquanto professores em formação contínua, podemos buscar estratégias didáticas e metodológicas que possam contribuir para esse processo, pois somos promotores da inclusão no contexto educacional.

A atuação no campo da educação especial nos leva a refletir a importância de compreender que nesse contexto não encontraremos pessoas incapazes. É preciso desmistificar os pré-conceitos e estar aberto ao descobrimento de novas concepções. “Ocupar esse espaço na organização social das comunidades é um chamamento imperativo que precisa ser atendido, nem que seja para descobrir que todos somos especiais e que o trabalho musical é igual e extremamente prazeroso para qualquer tipo de indivíduo” (JOLY, 2013). Esse trabalho precisa ser desenvolvido de forma que seja significativo para todos os alunos e para que eles possam se sentir motivados a participar ativamente, construindo coletivamente seu conhecimento e assim possa se desenvolver.

A utilização de adaptação de materiais exerce papel importante para que a pessoa com deficiência possa ter o acesso ao conteúdo desenvolvido em sala. As tecnologias assistivas têm auxiliado este processo. Vale ressaltar que o fato da pessoa com deficiência está no mesmo ambiente que os demais, não caracteriza inclusão. Se ela estiver em atividade diferente, este será um ambiente de segregação.

Sabemos que é necessário que a formação do educador musical seja pensada nas múltiplas perspectivas de educação, promover a inclusão social é dever de todos. Mas é imprescindível que essa formação seja construída ao longo de toda a trajetória acadêmica do professor, buscando sempre novos recursos e metodologias.

## Referências

AMIRALIAN Maria LT, Elizabeth B Pinto, Maria IG Ghirardi, Ida Lichtig, Elcie FS Masini e Luiz Pasqualin Conceituando deficiência Rev. Saúde Pública, 34 (1): 97-103, 2000.

BEZERRA, Edibergon Varela. Música e deficiência visual: os processos de aprendizagem musical no Projeto Esperança Viva. 2016. 129 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. Leitura musical nas pontas dos dedos: caminhos e desafios do ensino da musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores. 2006. 226 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

GIESTEIRA, Adriano Chaves. La enseñanza de la música para personas con discapacidad visual: elaboración de um método de guitarra. 2013. 195 f. Tese (doutorado) – Facultad de Ciencias de La Educación. Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, ESP, 2013.

JOLY, Ilza Zenker Leme. Música e Educação Especial: uma possibilidade concreta para promover o desenvolvimento de indivíduos. Educação: revista do Centro de UFSM, Santa Maria. RS, v. 28, n.2, jul-dez. 2003. Não paginado.

OTA, Rafael. Os cursos de formação de profissionais aptos ao trabalho de educação musical para alunos com deficiência visual. 2014. Dissertação (mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

TOMÉ, Dolores. Introdução À musicografia Braille. São Paulo: Global, 2003.

SANTOS, Alexandre Henrique dos. O uso do “Technological Pedagogical and content knowledge” (Tpack) na educação musica inclusiva: uma proposta para ensino de música de alunos deficientes visuais. 2018. 55 f. Monografia. Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.